

# Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli (Brasil)<sup>1</sup>

Patrícia Zandonade (Brasil)

Solange Bonomo Assumpção (Brasil)<sup>1</sup>

Lucas Gaspar (Brasil)

Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado (Paraguai)

Jéssica Bélen Benítez Álvarez (Paraguai)

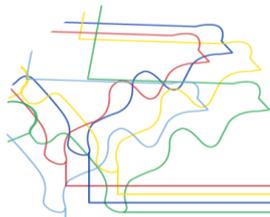
## Introdução

Este trabalho tem como objetivo colocar em evidência o processo de favelização no interior fronteiriço, a partir da realidade de cidades localizadas na Região Trinacional do Iguaçu (Argentina-Brasil-Paraguai), território que é descrito por vários autores e várias autoras como sendo de importância estratégica em várias escalas territoriais, especialmente, a partir do fortalecimento do Mercosul, em 2000 (SCHLOGEL, 2018).

Essa relevância se dá, conforme Schlogel (2018), em virtude de a Região ser considerada como uma *heartland*, conceito da geopolítica para denominar uma área considerada como o coração do continente ou bloco, estrategicamente acessível a diferentes localidades pela parte interna, no interior do território. Verifica-se que esse é o caso em tela, pois figura como o núcleo central de conexão entre: i) as regiões Oeste do Paraná, no Brasil, o Departamento de Alto Paraná, no Paraguai, e a Província de Misiones, na Argentina, como se afere na Figura 1; ii) entre os países do bloco do Mercosul; iii) entre o Mercosul e os países Andinos. Soma-se a isso, a possibilidade de estabelecer a conexão entre os dois oceanos que banham o continente americano e, a partir daí, a todo o mercado global.

---

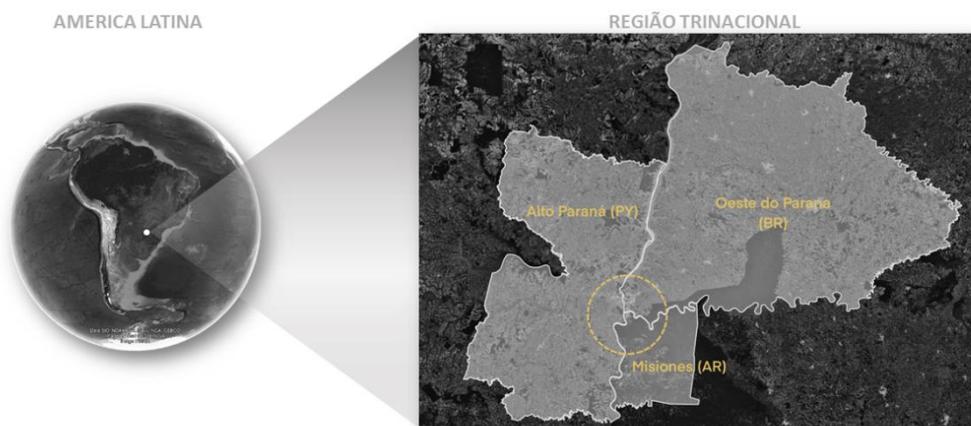
<sup>1</sup> Nossos agradecimentos à Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná pelo financiamento da pesquisa.



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

Figura 1. Mapa da Região Trinacional: área central conectora das regiões Oeste Paranaense, Alto Paraná e Misiones

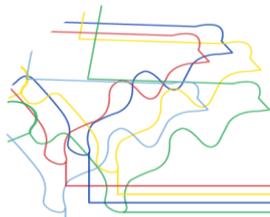


Fonte: Elaboração de Álvarez (2022) e Angileli (2022), a partir da base *Google Earth*.

Na aglomeração urbana da Região Trinacional do Iguaçu, verifica-se um número significativo de assentamentos informais e precários, ou seja, cerca de 350. Apesar dessa realidade, as favelas dessa região interiorana e fronteiriça, de maneira recorrente, são negligenciadas nos processos de elaboração de políticas públicas e nos planos territoriais locais. Constatamos que há algumas linhas de políticas ou planos para o território dentro da perspectiva de instrumentos de planejamento urbano<sup>2</sup>, mas fica evidente a falta de qualquer Plano de Habitação ou Plano de Redução de Riscos e Desastres ou mesmo políticas de melhorias ou financiamentos habitacionais. O que temos são ações pontuais de remoção, vinculadas a projetos urbanos estratégicos de renovação urbana, ou então remoções de áreas de risco, a partir de determinações judiciais, cenário que é comum aos assentamentos populares dos três países.

Cabe destacar, nesse contexto, a necessidade de conhecimento dos desafios e das especificidades desses ambientes autoconstruídos nas regiões interioranas e fronteiriças, em cidades de pequeno e médio porte. Essa demanda decorre do fato de que esses desafios e essas especificidades não são abordados em grande parte dos trabalhos que versam sobre a temática da favelização, por estarem pouco visíveis aos principais espaços acadêmicos de pesquisa em planejamento urbano e habitação. Como consequência, são pensadas soluções desconectadas dessas realidades

<sup>2</sup> A esse respeito, vale a pena consultar o trabalho de Soler (2021), atinente aos instrumentos de planejamento urbano na fronteira trinacional, aqui tomado como ponto de partida.



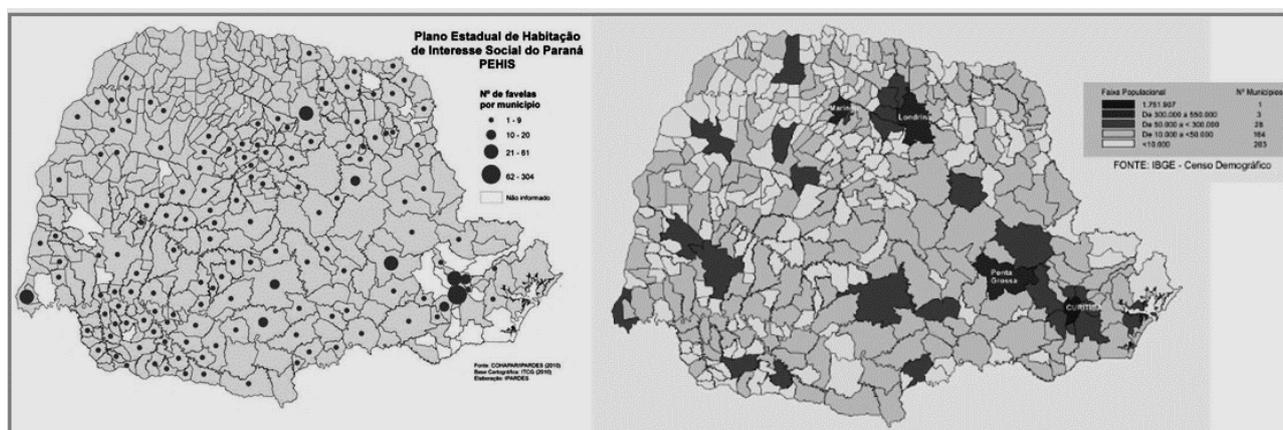
## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguazu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

singulares, equivocadas em seus pressupostos, por acabarem partindo de um diagnóstico calcado em uma generalização metropolitana e urbanocentrada<sup>3</sup>.

A expansão de favelas em pequenas e médias cidades é algo presente, como pode ser comprovada na figura abaixo, e precisa ser analisada desde a sua condição territorial particular.

Figura 2. Favelas em pequenas e médias cidades do Estado do Paraná

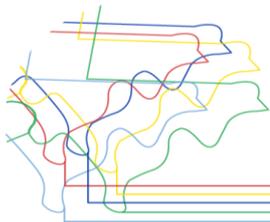


Fonte: Cohapar (2016, p. 223) e IPARDES (2022), com base no Censo IBGE (2010).

Para que essa análise seja coerente e alinhada ao território, é preciso vencer, então, uma sobreposição de invisibilidades: a) a que se relaciona à extensão e à quantidade desses espaços, cada vez mais expressivos e em maior número; b) a de condição acadêmica marginal que se promove pela exclusão ou pela pouca participação de pesquisadores, pesquisadoras e núcleos interioranos de pesquisa nos debates sobre a expansão desigual das cidades latino-americanas, o que acaba por reduzir, sobremaneira, as possibilidades de fomento de pesquisa e de programas de ação, atinentes a essa temática, com foco nessas regiões.

Essa negligência e sobreposição de invisibilidades em relação às favelas da Região Trinacional do Iguazu é reforçada, também, por aspectos do meio físico e antrópico, pois a configuração geomorfológica regional é marcada por um grande

<sup>3</sup> Neste artigo, escolhemos identificar esses espaços como favelas, mas compreendemos que eles são denominados de diversas maneiras no território latino-americano: *asentamientos espontáneos*, *asentamientos precarios*, *villas miseria*, *callanpas*, *champerios*, *ciudadelas*, *emarrabales*, *cinturões*, *pueblos jovenes*, *barrios malos*, *barrios bajos*, *guasmos*, ocupações e favelas (ANGILELI; OLIVEIRA, 2021).



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

desnível entre o leito de seus principais rios e as planícies, gerando encostas nas margens, conformando o que localmente é chamado de barrancas. Com isto, ao encontrarem-se localizadas, em boa medida, junto às margens de rios e córregos ou em áreas de barranca e de baixada, as favelas não são vistas pela própria condição topográfica de sua ocupação, ainda que estejam no centro da cidade, diluindo-se em meio a árvores junto aos rios ou mesmo atrás das cortinas de concreto conformadas pelas edificações da cidade formal.

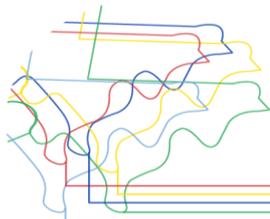
Soma-se a isso, o fato de que, muitas vezes, as características morfológicas desses assentamentos não correspondem ao que se tem de imagem de uma favela do ponto de vista metropolitano. Nas regiões interioranas e nas cidades fronteiriças, os assentamentos precários, de forma recorrente, têm baixa densidade, sem verticalização, e, frequentemente, com espaços vegetados, muito diferente do retrato de moradia empilhada, adensada e sem vegetação que habita o imaginário sobre a configuração das favelas. Nesses espaços, a relação das pessoas periféricas com sua origem campesina ainda é presente e marca as formas de morar das famílias periféricas, como se verifica nas cenas que seguem.

Figura 3. Comunidade do córrego Acaray Mi, localizada no centro de Ciudad del Este (PY), e Comunidade Monsenhor Guilherme, junto à barranca do Rio Paraná, em Foz do Iguaçu, ambas atrás de grandes edificações



Fontes: Acervo de Katerine Borba (Ciudad del Este - Paraguai, 2022); Angileli (Foz do Iguaçu - Brasil, 2020).

Em grande parte, quem ocupa esses espaços são famílias que buscam oportunidades de trabalho – quer sejam formais ou informais – e melhoria de vida nessa região. Muitas delas chegam expulsas de regiões rurais, caracterizadas pela



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

monocultura e pela mecanização da produção agrícola, afetadas por mudanças políticas e econômicas nos seus respectivos países de origem. Outras vezes, são atraídas por anúncios de novos ciclos de desenvolvimento nessa região fronteiriça. E, assim, nessa busca por cidades que não as incluem – e que acabam sendo um espaço de “falsas oportunidades” –, ocupam espaços de risco, de fragilidade e importância ambiental, sem saneamento e sem serviços públicos, tornando-se famílias sem terra e sem teto<sup>4</sup>.

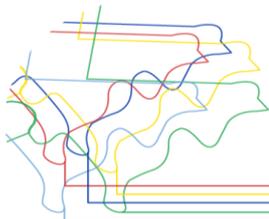
No contexto atual, constatamos um discurso que enfatiza o anúncio de um novo ciclo de desenvolvimento para a Região Trinacional, fortalecido e explicado pela proposição de uma combinação de intervenções em diferentes escalas – do local ao global:

- 1) pela ampla reestruturação urbana advinda de planos urbanos e de desenvolvimento, frutos de consultorias terceirizadas, como é o caso do Plano Iguassu Metrópole, patrocinado pela Usina Hidrelétrica Itaipu e ainda não publicizado amplamente, gerando novas frentes de investimento imobiliário a partir de novos espaços urbanos;
- 2) pelos grandes projetos urbanos que acabam gerando novos artefatos urbanos para a atração de eventos, de incremento no turismo e de investimentos externos; também, novos investimentos imobiliários em áreas renovadas e revalorizadas pela intervenção pública;
- 3) pela implantação de grandes infraestruturas de logística, tendo em vista o alcance de escalas locais e intercontinentais.

Todas essas frentes de intervenção são acompanhadas de investimento pontual em pesquisa, no sentido de subsidiar esse processo e, também, legitimá-lo. Esse conjunto de iniciativas e/ou políticas favorece a consolidação da futura metrópole trinacional em prospectiva, ao colocarem em relevo, nesse novo ciclo, o potencial logístico, turístico internacional, tecnológico, imobiliário, entre outros, das cidades que integram a fronteira Argentina-Brasil-Paraguai. Essas ações são organizadas, em geral, por meio da combinação de interesses privados e seus correspondentes grupos de poderes controladores das políticas da gestão territorial local, ou seja, ocorre uma

---

<sup>4</sup> Associa-se a esse quadro, a ampliação da pobreza ao longo do período pandêmico, vulnerabilizando ainda mais essas famílias.



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

combinação entre os interesses de grupos locais dominantes e os das grandes dinâmicas financeiras em nível transnacional e global.

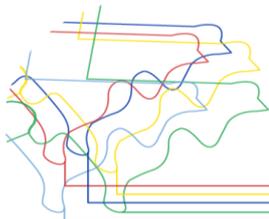
Essa conjunção impele a transformação dessas localidades em cidades financeirizadas e redesenhadas pela especulação imobiliária, sem que sejam, também, em conjunto, apresentadas as considerações dos efeitos socioambientais dessa transição<sup>5</sup>, incluindo-se aí as violações de direitos humanos fundamentais, tratados como consequências residuais a serem absorvidos e justificados pelo crescimento econômico no modelo apresentado.

Soma-se a essa primeira lacuna, o fato de que, em grande parte das vezes, essas decisões são tomadas e esses planos são desenhados sem o devido debate público – no qual deveriam ser explicitados todos os esclarecimentos necessários, sob diferentes ângulos, como aqui enfatizamos –, e, ainda, acompanhados por planos estratégicos setoriais construídos por agentes e consultores internacionais contratados. Nesse cenário, o que deveria ser um instrumento de política pública – que tem a prerrogativa e o dever de ser debatida com todos os segmentos da sociedade –, se torna uma ferramenta ‘técnica’ a ser usada para as dinâmicas do crescimento econômico. Essa tendência é ratificada por Vainer (2007), ao estudar os diversos grandes projetos de investimento (GPIs) no país, como os que se configuram na Região Trinacional do Iguaçu:

É interessante, nesta rápida reflexão sobre os GPIs, lembrar a natureza dos processos decisórios que lhes dão origem. Ora, quase sempre se fazem nos corredores e gabinetes, à margem de qualquer exercício de planejamento compreensivo e distante de qualquer debate público. Antes de estruturar territórios e enclaves, o grande projeto estrutura e se estrutura através de grupos de interesses e *lobbies*, coalizões políticas que expressam, quase sem mediações, articulações econômico-financeiras e políticas. O local, o regional, o nacional e o global se entrelaçam e convergem, na constituição de consórcios empresariais e coalizões políticas. Projeto industrial, controle territorial, empreendimento econômico e empreendimento político se misturam nos meandros dos financiamentos públicos, das dotações orçamentárias, das trocas de favores e, como vem à tona uma vez ou outra, da corrupção institucional e individual. O cacique local se dá ares de importância quando entra em contato com o dirigente de um grande grupo econômico internacional e negocia praças e igrejas (VAINER, 2007, p. 12).

---

<sup>5</sup> Ver mais informações sobre os impactos de grandes projetos urbanos e de infraestrutura em Angileli *et al.* (2021) e em Angileli *et al.* (2022).



Essa propensão aflige diretamente as comunidades pobres da Região Trinacional, ora focalizadas neste estudo, pois serão diretamente afetadas por essas transformações territoriais. Para evidenciar esse movimento danoso, abordamos, nas próximas seções, os seguintes tópicos:

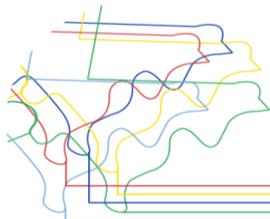
- 1) apresentação da formação histórica da Região, ainda que brevemente, relacionando os grandes projetos de infraestrutura ao processo de favelização;
- 2) análise cartográfica da expansão das favelas e dos assentamentos precários na Fronteira Trinacional, por período de ocupação;
- 3) caracterização geral das favelas e dos assentamentos precários na Região;
- 4) principais violações de direitos humanos e processos de injustiça ambiental na Região, com foco nas remoções e nos reassentamentos;
- 5) novos fenômenos de expansão informal das cidades da Fronteira Trinacional, a partir da pandemia de Covid-19.

### **Breve apresentação da formação histórica da Região Trinacional do Iguaçu: grandes projetos e sua relação com a favelização**

Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este compõem o núcleo da Região Trinacional Brasil-Paraguai-Argentina e, por esse motivo, constituem o alvo de nosso recorte espacial que visa à apresentação de sua formação histórica, a partir de alguns eventos que impactaram a sua dinâmica de formação, de ocupação e de disputa regional e transnacional.

A primeira instalação que deu origem à cidade de Foz do Iguaçu foi a Colônia Militar, criada em 1889 (SOUZA, 2017). Após a Guerra do Paraguai (1864 - 1870), o governo imperial preocupou-se, cada vez mais, com a proteção de suas fronteiras, principalmente em relação àquela com os países do Cone Sul. Por isso, a criação dessa colônia emerge como um empreendimento crucial para uma nova forma de ocupação desse espaço.

A cidade de Puerto Iguazú teve sua formação inicial temporalmente próxima a de Foz do Iguaçu, porém ocorreu a partir da mobilização de outros interesses. Na virada do século XIX para XX, ficou evidente uma série de alterações na configuração territorial da Argentina, com especial realce para a região onde hoje se encontra Puerto Iguazú, nas proximidades das Cataratas do Iguaçu. Esse patrimônio, mesmo



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

antes desse período, já se destacava pela riqueza natural e pela possibilidade de exploração turística. A partir da visita, tanto de espanhóis como de argentinos influentes, a região dessas quedas d'água passou a receber investimentos e, por consequência, novos habitantes<sup>6</sup>. É, então, no ano de 1901, que se encontra datado o marco de fundação desse município.

Já a formação de Ciudad del Este, ocorreu de forma tardia se comparada a de suas vizinhas. Desde a fundação da capital paraguaia, Assunção, em 1937, a área da Fronteira Trinacional voltou a ser foco de projetos de investimento, movidos, agora, por interesses comerciais. Nesse contexto, em 1957, é fundada a Ciudad del Este<sup>7</sup>.

Ao que tudo indica, percebe-se que, mesmo havendo um processo de colonização por diferentes países, a história de formação da Região da Fronteira Trinacional está diretamente relacionada aos projetos políticos e econômicos nacionais ali impostos. Variando temporalmente ou nos seus interesses principais, tais empreendimentos marcaram a maneira como foram ocupadas essas áreas e boa parte das dinâmicas de ocupação urbana que se desenvolveram.

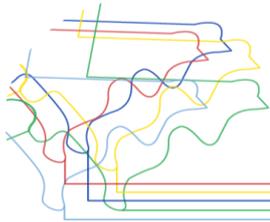
Vale a pena sublinhar que, no decorrer do século XX, outros grandes projetos de investimento continuaram a redesenhar o território, sendo este o período em que se observa o início do processo de favelização das cidades em comento. Esses projetos correspondem à:

- criação e ao registro do Parque Nacional do Iguaçu, em 1939, segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO, 2022). Esta instituição indica, também, que o parque gera cerca de mil empregos diretos e 15 mil indiretos; - construção das pontes internacionais da Amizade, levada a cabo principalmente pelos interesses comerciais brasileiros e paraguaios e inaugurada em 1965<sup>8</sup>, e da Fraternidade, inaugurada oficialmente em 29 de novembro de 1985<sup>9</sup>;

<sup>6</sup> Vide trabalho de Rolon (2017).

<sup>7</sup> Sobre o período de criação da cidade, Ynsfran (1990, p. 105) cita as seguintes palavras do Ministro do Interior do Paraguai: “Ya habéis oído, señores, las razones que han impulsado al Superior Gobierno, en ejercicio de atribuciones que le confiere la Constitución Nacional, para disponer la fundación de una ciudad, que será en el futuro una etapa intermedia en la nueva arteria vial, que partiendo de nuestra histórica ciudad llevará el aliento paraguayo a las costas del Océano Atlántico”.

<sup>8</sup> Para mais informações, consulte Mascarenhas (2017; 2021). O que se pode afirmar é que o impacto dessa obra foi bastante grande, pois, além de afetar os setores econômicos dos dois países, também foi responsável por uma alteração da dinâmica social e da própria composição demográfica da tríplice fronteira. Foram empregados 250 operários, segundo Mascarenhas (2021), citando dados do



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

- construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, iniciada em meados de 1975 e inaugurada em maio de 1984.

Esses projetos tiveram reflexos não somente na composição demográfica regional, mas, também, na própria forma de ocupação desse espaço.

O primeiro exemplo desse reflexo é a formação da primeira favela de Foz do Iguaçu, conhecida como “favela do Jupira”, até hoje situada nas barrancas do rio Paraná, ao lado da Ponte da Amizade. A ponte alterou a dinâmica de vida e de trabalho em Foz do Iguaçu e na região da fronteira, acentuou a marginalização de sujeitos e práticas ilegais, bem como o acirramento dos problemas urbanos de moradia, infraestrutura urbana e serviços públicos.

Outro exemplo relaciona a Ponte Internacional da Fraternidade, cujas obras tiveram início no final da década de 70, à ocupação de uma nova região da cidade de Foz do Iguaçu. O local, onde hoje fica o bairro Porto Meira, na porção mais próxima da fronteira fluvial e afastada do centro da cidade, era utilizado pelos brasileiros e pelos argentinos, antes mesmo da construção da ponte. Havia ali um pequeno porto no Rio Iguaçu, com embarcações que faziam o trajeto que ligava os dois países. No entanto, somente após o início da obra essa área passou a ser ocupada com loteamentos populares e ocupações. Nesse cenário, a região do Bairro Porto Meira foi palco de diversos conflitos urbanos relacionados à ocupação de áreas e à construção de moradias. Muitos dos bairros dessa região derivaram de um processo de disputas territoriais e judiciais, sendo que alguns deles estão em desenvolvimento até os dias de hoje. Para a cidade de Puerto Iguazú, a construção da Ponte também gerou efeitos na sua dinâmica. O principal deles foi o desenvolvimento de um comércio específico na cidade, voltado quase exclusivamente para atender o público de turistas que acessa o município pela ponte, o que delimita boa parte das condições de trabalho e o giro da economia de Puerto Iguazú.

O terceiro exemplo liga a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a dinâmica de ocupação da Região. Numa obra que durou de 1975 até 1984, e levada a cabo, ainda, pelos interesses ditatoriais dos governos Brasileiro e Paraguaio, cerca de 40 mil

---

Departamento Nacional de Infraestruturas de Transportes – DNIT, unidade local de Foz do Iguaçu, e atraídos grandes contingentes populacionais, principalmente para Foz do Iguaçu.

<sup>9</sup> A Ponte Internacional da Fraternidade liga Foz do Iguaçu a Puerto Iguazú. Ela passou a ser planejada logo após a inauguração da primeira ponte, a Ponte Internacional da Amizade. Na década de 1970, ainda marcada pelo espectro militar na política nos três países da fronteira, Brasil e Argentina assinaram um “tratado de intenção”, documento que marcou o início do projeto da ponte.



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

trabalhadores foram empregados. O canteiro de obras gerou grande alteração na demografia regional, a partir de grande fluxo migratório de famílias que se deslocaram e ali se fixaram, e uma transformação na própria composição social e na estrutura urbana: no início da década de 1970, a população urbana de Foz do Iguaçu era de 33.966 habitantes; já no início da década de 1980, o número de habitantes era de 136.321<sup>10</sup>. O aumento de mais de 100 mil habitantes está diretamente relacionado aos projetos empreendidos na cidade, desde a construção da Usina. A infraestrutura urbana, no entanto, não acompanhou esse aumento de mais de 300% da população em uma década. Nesse período, nem todos os trabalhadores que vieram para a cidade conseguiram emprego na Itaipu Binacional e mesmo os que conseguiram não lhes foi garantida uma melhoria das condições de vida, especialmente traduzida, nesse período, pela conquista de uma moradia. É justamente nesse contexto que, ao mesmo tempo, por um lado, o setor imobiliário e da construção civil passam por uma grande expansão; por outro, acirra-se a luta por moradia e afloram problemas sociais diversos, entre eles, a ampliação dos assentamentos precários. A expansão demográfica ora experimentada, em conjunto com o despreparo dos gestores e as carências na área da infraestrutura urbana, pressionou parte da população a buscar alternativas para sua moradia e subsistência, isto é, cada vez mais áreas marginais foram sendo ocupadas, de maneira irregular e precária.

Em decorrência desse quadro, a Região encontra-se marcada como uma área de significativa vulnerabilidade socioambiental, confirmada pelos dados atuais: somente em Ciudad del Este, Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú somam-se 206 favelas e ocupações, com cerca de 24 mil famílias, o que significa, aproximadamente, 100 mil pessoas em situação precária de moradia, sem saneamento básico adequado, transporte urbano inconsistente, acesso restrito aos equipamentos públicos e às políticas públicas, insegurança alimentar, entre outras vulnerabilidades. Se expandirmos essa análise para os municípios da Região Trinacional em conurbação, incluindo assim Minga Guazú, Hernandarias e Presidente Franco, no Paraguai, esses números chegam a 346 favelas, 39 mil famílias e cerca de 160 mil pessoas (ANGILELI *et al.*, 2022), como detalhado no quadro a seguir.

---

<sup>10</sup> Maior detalhamento em Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2015).



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguazu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

Quadro 1. Dimensionamento das favelas da Região Trinacional - Base de dados 2019/2021

Municípios	Projeção populacional	Ano de projeção	População	Projeção populacional	Nº de favelas	Nº de famílias em favelas	Nº estimado de população em favelas	% percentual estimado de população em favelas
FOZ DO IGUAÇU	SIM/IBGE	2020	257.971	SIM/IBGE	65	6.500	26.000	10%
PUERTO IGUAZÚ	SIM/INDEC	2022	102.952	SIM/INDEC	16	2.100	8.400	8%
CIUDAD DEL ESTE	SIM/DGEEC	2021	306.679	SIM/DGEEC	125	15.400	61.600	20%
MINGA GUAZÚ	SIM/DGEEC	2021	93.969	SIM/DGEEC	30	4.000	16.000	17%
HERNANDARIAS	SIM/DGEEC	2021	80.931	SIM/DGEEC	40	5.900	23.600	29%
PRESIDENTE FRANCO	SIM/DGEEC	2021	107.687	SIM/DGEEC	70	4.900	19.600	18%
<b>TOTAL</b>			<b>950.189</b>		<b>346</b>	<b>38.800</b>	<b>155.200</b>	

Fonte: Elaboração de Angileli (2022), a partir das bases de dados: IBGE (2020), INE Paraguay (2021), INDEC (2010), Cohapar (2019), Techo Paraguai (2021) e Techo Argentina (2016).

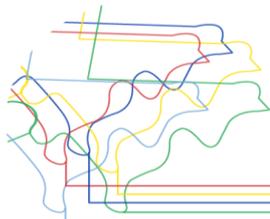
É possível ter um panorama visual desse dimensionamento de favelas na região fronteiriça trinacional na Figura 4. O tamanho dos pontos de luz nesse mapa se relaciona com a dimensão estimada da favela pelo número de habitantes.

Figura 4 - Mapeamento das favelas e dos assentamentos precários e informais identificados na Região Trinacional (2021)



Fonte: Elaboração de Álvarez (2021), orientada por Angileli (2021), a partir das bases de dados: Techo Paraguai (2020), Techo Argentina (2016) e Cohapar (2019)<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> Optamos pela localização das comunidades utilizando pontos que são ampliados conforme a dimensão do assentamento. Entendemos que o mapeamento com os perímetros das comunidades



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

Pelo que se depreende desse primeiro mapeamento integrado de favelas e assentamentos precários da Região, esse adensamento não pode ser ignorado na gestão das cidades implicadas.

### Análise da expansão das favelas na região, por período de ocupação

Para os propósitos deste texto, com base em mapeamentos integrados inéditos – realizados a partir de estudo de dados, do período de 2016 a 2021, gerados pela organização não governamental Techo Paraguai (2021) e pela Techo Argentina (2016), assim como da Companhia de Habitação do Paraná, a Cohapar –, apresentaremos como se deu a expansão das favelas na Região, bem como o dimensionamento do processo de favelização, de 1960 a 2019. Os dados georreferenciados que constam a seguir, nas figuras 05 a 07, no quadro 02 e no gráfico 01, consideram os municípios de Ciudad del Este, Minga Guazú<sup>12</sup> (Paraguai), Puerto Iguazú (Argentina) e de Foz do Iguaçu (Brasil) como nosso recorte espacial de análise.

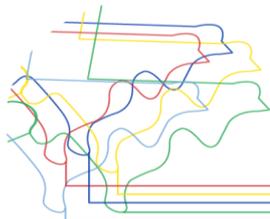
Quadro 2. Aumento do número de favelas na Região, por período de ocupação

Período de ocupação	Foz do Iguaçu	Puerto Iguazú	Minga Guazú	Ciudad del Este
1960 - 1969	1	1	1	4
1970 - 1979	4	0	0	1
1980 - 1989	9	1	0	1
1990 - 1999	19	0	4	6
2000 - 2009	11	3	4	29
2001 - 2009	1	9	8	44
2010 - 2019	2	2	10	44

Fonte: Elaboração de Ortellado (2022) e Angileli (2022), a partir das bases de dados Techo Paraguai (2021); Techo Argentina (2016) e Cohapar (2019).

vulnerabiliza ainda mais as comunidades implicadas, em se tratando de um território em plena disputa territorial. Esse mapa decorre de versões iniciais de grande importância, ainda não publicadas: i) a primeira, produzida por Angelica Santamaria, focalizando favelas de Foz do Iguaçu (BR) e Ciudad Del Este (PY); ii) a segunda, elaborada por Noelia Ortellado, destacando favelas de Ciudad Del Este (PY), Presidente Franco (PY) e Hernandarias (PY).

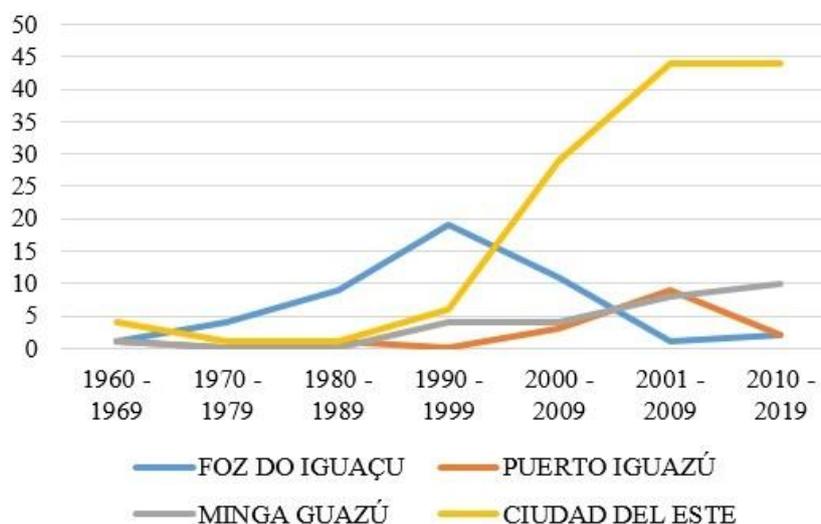
<sup>12</sup> Nesta análise cartográfica, foi incluído o município de Minga Guazú, por entendermos ser estratégica a compreensão do impacto das rotas rodoviárias de conexão com a capital, bem como o processo de industrialização do referido município.



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguazu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

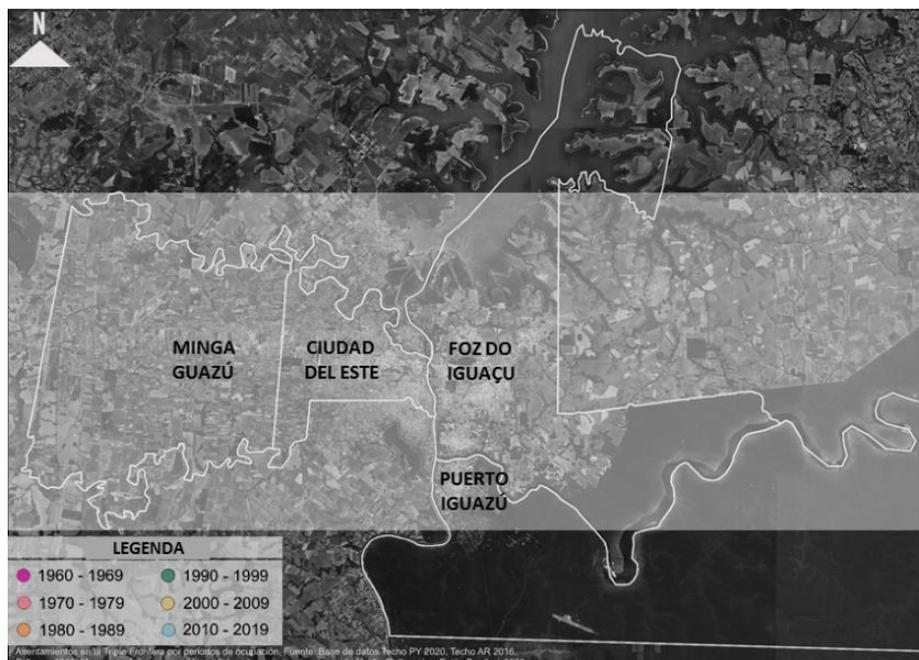
Gráfico 1. Crescimento de assentamentos precários, por período e por cidade



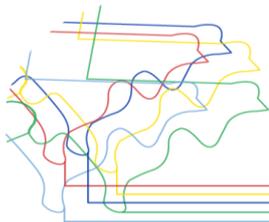
Fonte: Elaboração Angileli (2022), Álvarez (2022) e Ortellado (2022), a partir das bases de dados Techo Paraguai (2021); Techo Argentina (2016) e Cohapar (2019).

Esses números se materializam na sequência cartográfica a seguir.

Figura 5. Faixa territorial ocupada por favelas nos municípios estudados



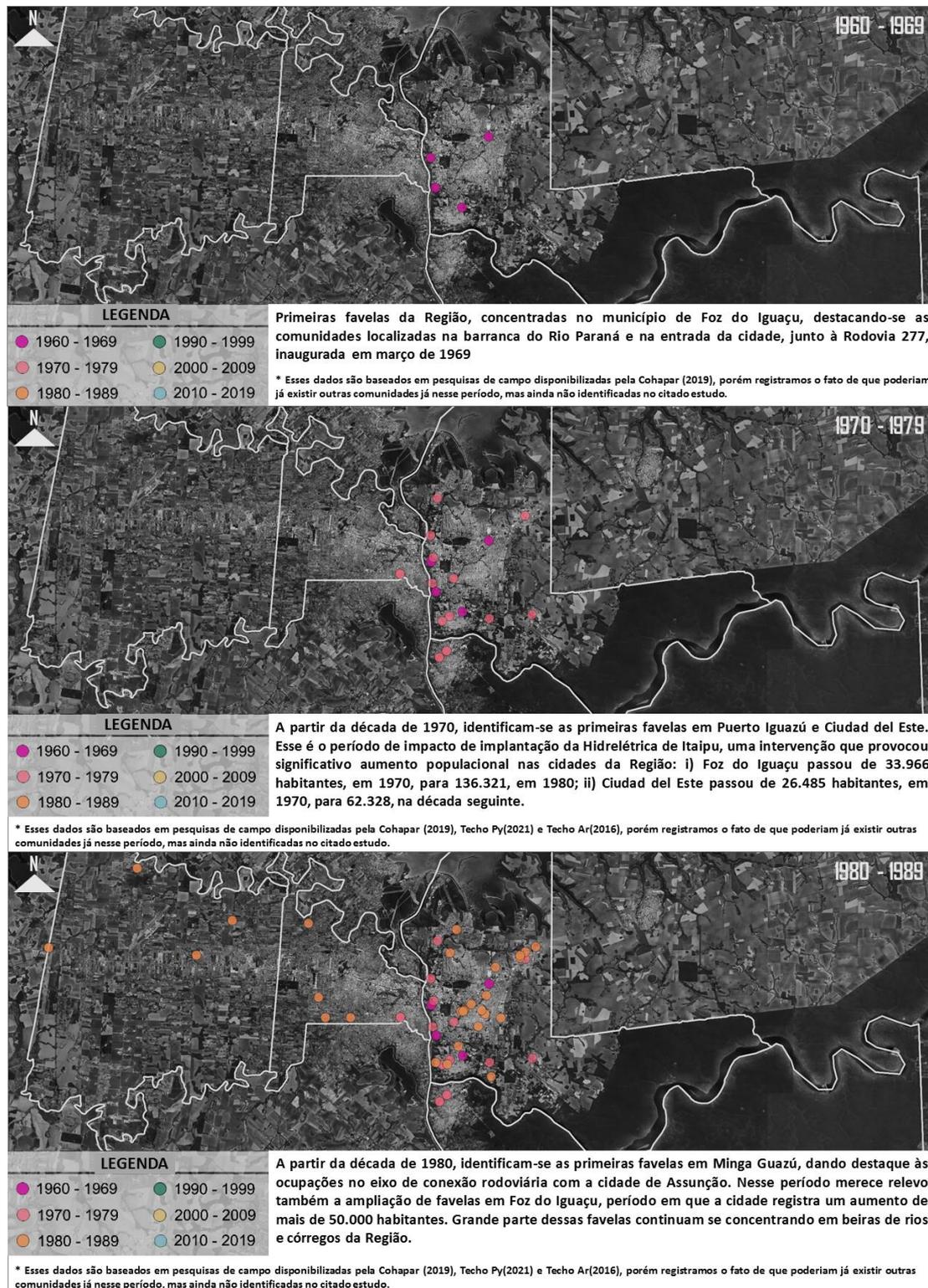
Fonte: Elaboração de Álvarez (2022) e Ortellado (2022), orientada por Angileli (2022), a partir das bases de dados Techo Paraguai (2021); Techo Argentina (2016) e Cohapar (2019).



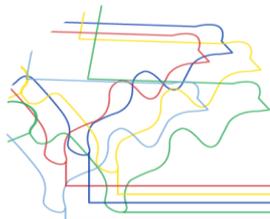
## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

Figura 6. Mapa de favelas: ocupação entre 1960 a 1969, ocupação entre 1970 a 1979 e ocupação entre 1980 a 1989



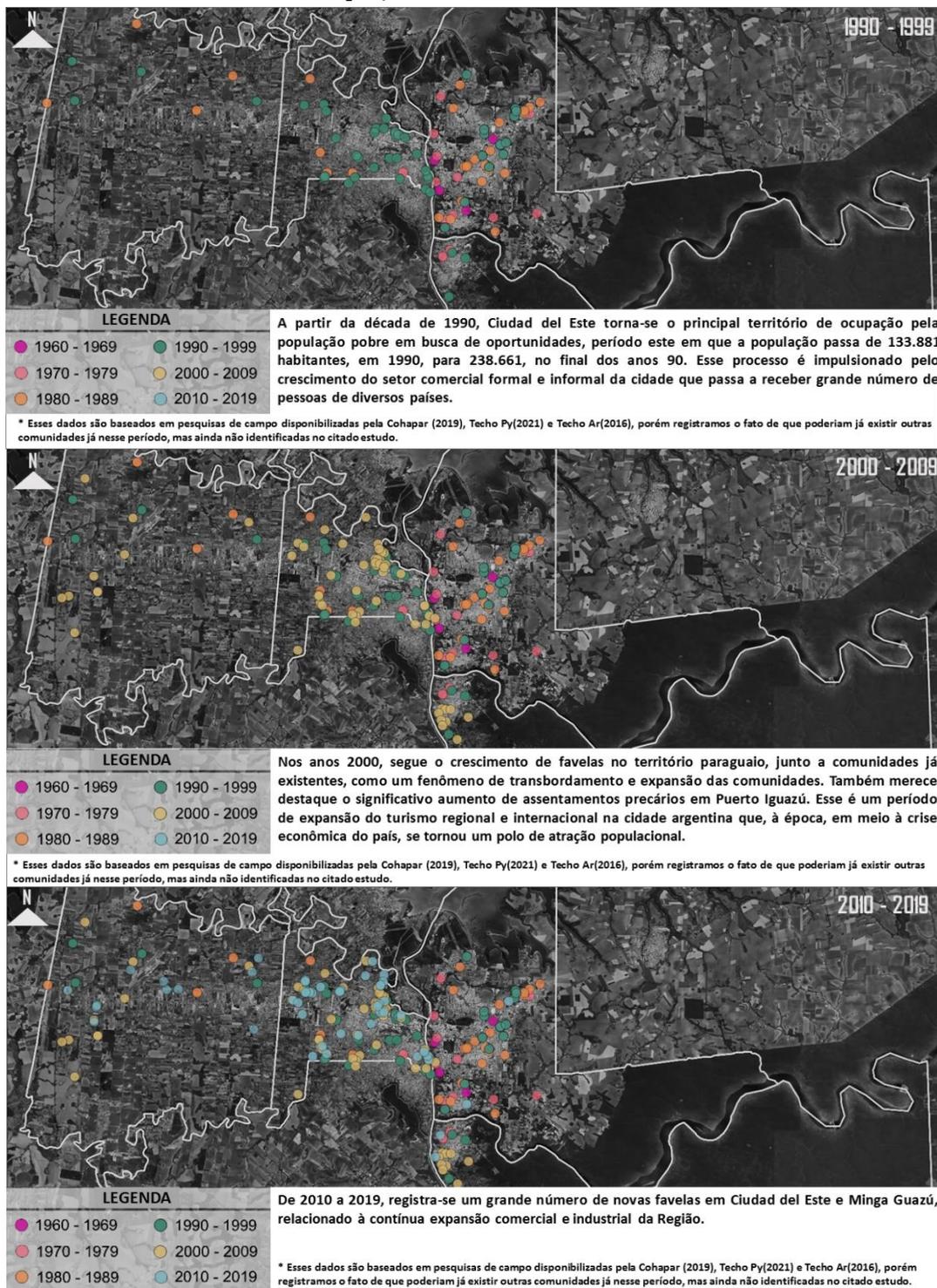
Fonte: Elaboração de Álvarez (2022) e Ortellado (2022), orientada por Angileli (2022), a partir das bases de dados Techo Paraguai (2021); Techo Argentina (2016) e Cohapar (2019).



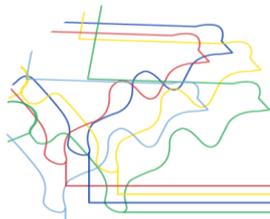
## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

Figura 7. Mapa de favelas: ocupação entre 1990 a 1999, ocupação entre 2000 a 2009 e ocupação entre 2010 e 2021



Fonte: Elaboração de Álvarez (2022) e Ortellado (2022), orientada por Angileli (2022), a partir das bases de dados Techo Paraguai (2021); Techo Argentina (2016) e Cohapar (2019).



## Caracterização das favelas na Região Trinacional

Como já mencionado anteriormente, muitas vezes, as características morfológicas dos assentamentos precários e das favelas das regiões interioranas não correspondem ao que se tem de imagem de uma favela, tanto do ponto de vista do senso comum quanto de parte de especialistas em habitação de interesse social e de estudiosos do tema, pois a perspectiva geral mostra-se arraigada à realidade metropolitana. No interior fronteiriço, os assentamentos precários não são caracterizados por grande adensamento habitacional nem pela verticalização das habitações. São comuns casas de um pavimento, com quintais em seu entorno, reproduzindo formas rurais, originárias e tradicionais de construção.

O que há de comum entre a realidade das favelas e dos assentamentos precários das metrópoles e dos territórios interioranos é a sua localização, isto é, em espaços fora do interesse direto do mercado imobiliário, como as bordas de rios e córregos, quer estejam nas proximidades do centro ou mesmo em bairros mais afastados, quer estejam em glebas das bordas da cidade, geralmente identificadas como não utilizadas ou com problemas de regularização de propriedade. No horizonte das favelas, na aglomeração urbana da Região Trinacional do Iguaçu, essa tendência também se verifica, somando-se, nesse caso, as especificidades locais.

Com base em nossos estudos e mapeamentos de campo, criamos uma classificação para os assentamentos precários e para as favelas da Região, de acordo com a sua condição de inserção na cidade, sua localização e suas características<sup>13</sup>. Essa classificação inicial pode ser bastante útil para pautar reflexões e debates acerca das diferentes formas de produção da exclusão da cidade e da terra e traz luz sobre diferentes territorialidades, culturas e formas de morar no interior fronteiriço.

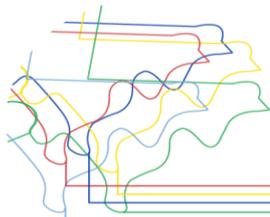
### Ocupações das barrancas dos grandes rios Paraná e Iguaçu

Como as cidades em comento são unidas e, também, separadas por esses dois grandes rios, suas margens são áreas não ocupadas pelo mercado imobiliário formal, uma vez que são protegidas por legislação ambiental. Nessas margens, encontramos dois tipos de ocupação:

A1 - *Moradias tradicionais de famílias de pescadores, indígenas e/ou mestiços, dando sequência à vida nas barrancas tal qual faziam seus familiares*

---

<sup>13</sup> Ressaltamos a preservação da localização exata das ocupações ainda não conhecidas publicamente pelos motivos já apresentados na seção 1 deste texto.



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

antepassados. Essa condição de moradia, segundo Moassab e Vettorazzi (2019), é uma forma tradicional de ocupar esse território, pela sua facilidade de se deslocar em suas embarcações, pelos rios Iguaçu e Paraná, e pelo acesso à pesca diária. Em nossas pesquisas e trabalhos de campo, temos como hipótese que essas ocupações possuem uma dimensão familiar na qual as casas, construídas pelos próprios moradores e pelas próprias moradoras, acomodam núcleos familiares com ligação parental. As casas são tradicionalmente edificadas em madeira, as vedações são em tábuas e as estruturas e fundações, normalmente, em madeiras aparelhadas. A disposição das casas acontece sem regularidade, mas com predominância das cozinhas externas à casa, sob cobertura separada. A presença da vegetação envoltória ao conjunto de casas é abundante.

A2 - *Moradias de famílias que se fixaram em áreas de barrancas dos grandes rios, a partir da migração para as cidades, iniciada na década de 70. Em geral, situam-se perto de centralidades urbanas e resultam da negação do direito à moradia digna e à cidade.*

Figura 8. Moradias indígenas na barranca do Rio Iguaçu

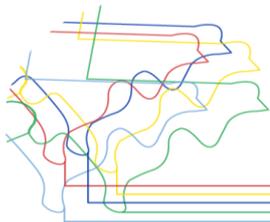


Fonte: Acervo cedido por Maicon Ruggeri (2015).

Figura 9. Moradias nas barrancas do Rio Iguaçu



Fonte: Acervo cedido por Maicon Ruggeri (2015).



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

Verificamos que essas moradias são quase integralmente ocupadas por construções de madeira e guardam semelhança com tipologias simplificadas de casas rurais da região.

A maioria dessas ocupações, pela recorrente possibilidade de remoção, a partir da justificativa ambiental, possui, ainda, habitações de madeira, material mais barato, de mais fácil manipulação manual, e com possibilidade de reaproveitamento sem necessidade de mudança ou remoção. A vegetação acontece, principalmente, nos quintais, com árvores variadas, inclusive frutíferas, hortaliças e arbustos ornamentais, funcionando como delimitadores das moradias.

### Ocupação das margens dos córregos urbanos, nas proximidades de centralidades urbanas

Em maior condição de vulnerabilidade ambiental pela sua exposição a cheias dos córregos, em época chuvosa, essa é uma das principais formas de favelização e de assentamentos precários na aglomeração urbana. Como ficam em áreas de pouca visibilidade, pela sua situação topográfica, essas comunidades são mais consolidadas, pois a ocupação deu-se a mais tempo. Cabe destaque o fato de que essas áreas ocupadas em margens de córregos se adensam na medida em que se aproximam da foz dos córregos junto ao rio Paraná que faz fronteira com o Paraguai, o que facilita a efetivação de atividades comerciais transfronteiriças de toda ordem. Pela menor recorrência de remoções em ocupações de córregos da aglomeração urbana trinacional – em relação à frequência de remoção das barrancas dos grandes rios –, pode ser verificado o avanço do uso de materiais mais pesados e não reaproveitáveis, como o tijolo cerâmico, o concreto e, ainda que em menor recorrência, os blocos de concreto usados, sobretudo, para as fundações e base das edificações, apesar da predominância entre os materiais de construção das casas ainda ser a madeira, especialmente as tábuas de madeira aparelhadas. Nas moradias fixadas em Puerto Iguazú, com frequência, há o uso de fundações em pedras, especificamente o basalto, por ser abundante na Região, e a vedação em madeiras, seja por tábuas ou por meia toras. A organização das casas dá-se, em geral, acompanhando platôs e níveis, com circulação irregular e sinuosa entre elas. A presença de vegetação e arborização é recorrente.



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

Figura 10. Moradias nas margens do rio Mboicy



Fonte: Acervo de Zandonade (2019).

### Ocupação de glebas subutilizadas nas bordas da cidade

A despeito de não termos propriamente um movimento social por moradia, organizado e conhecido nas cidades da fronteira, iniciativas de ocupação de glebas podem ser identificadas nas bordas das cidades, em contexto mais recente, em especial, na última década, sofrendo interferência de políticos locais. Trata-se de áreas de maior dinâmica do mercado imobiliário informal<sup>1</sup> e cujo número de famílias moradoras cresce a cada ano. São, também, principais espaços de luta e de articulação de pessoas no processo de formação e de fortalecimento de movimentos sociais, além de lugar de troca e aprendizado para coletivos de pesquisadores, pesquisadoras e ativistas.

O que pudemos observar, nessas ocupações, é a alteração do tipo de construção. As primeiras moradias, quase sempre, são feitas de material diverso, com a presença de lona e tapumes de madeira. Na fase de consolidação, a madeira passa a ser o principal material. Na sequência, a partir da maior permanência das famílias, a madeira começa a ser substituída pela alvenaria. Esse tipo de ocupação possui um traçado mais próximo da cidade formal, com vias mais ortogonais e divisão de

<sup>1</sup> É a prática de compra e venda de terras e casas fora do mercado imobiliário formal.



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

quintais. As glebas, em geral, sem vegetação alguma, começam a ser vegetadas e arborizadas, a partir dos assentamentos.

Figura 11. Moradias em rua da Ocupação Bubas



Fonte: Acervo da Escola Popular de Planejamento da Cidade (2020).

### Ocupação de áreas a partir de políticas de distribuição de terras, sem a devida regularização ou vinculadas a processos públicos incompletos

Nas cidades de fronteira, há, ainda, uma forma de favelização e ocupação precária que decorre de políticas públicas irregulares e corruptas que geraram um passivo de irregularidade e informalidade na definição do direito de propriedade ou posse de terras. Como explica Ortellado (2021), no Paraguai, essa situação se acentuou no regime de Alfredo Stroessner, ao direcionar terras reservadas à reassentamento campestre para as mãos dos amigos do regime, consolidando as “*tierras mal habidas*” – cerca de 19,3% de toda a terra paraguaia, na atualidade – que, até hoje, seguem, em Ciudad del Este, nas mãos dos beneficiários e das beneficiárias do regime ditatorial paraguaio<sup>2</sup>, como é o caso do conflito das terras de la Finca 66 e das terras de Pina<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Consulte o documento Conclusiones y Recomendaciones del Informe Final de la Comisión de Verdad y Justicia del Paraguay (2008), elaborado pela Comisión de Verdad y Justicia.



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

Figura 12. Moradias no bairro Finca 66, em Ciudad del Este

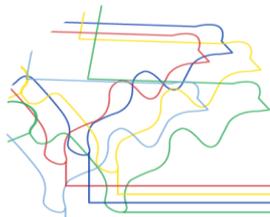


Fonte: Acervo do Partido Comunista del Paraguay (2015).

Em Puerto Iguazú, existem duas grandes áreas hoje ocupadas, também decorrentes de formas equivocadas e não continuadas de políticas públicas de preservação ambiental sem as devidas políticas públicas de habitação. A primeira delas é chamada de Área 2000 (por corresponder a 2.000 hectares), situada na porção sul do limite da cidade. Trata-se de uma área pública marcada como reserva de uso múltiplo, criada com a intenção de ser transformada em corredor natural entre o Parque Provincial Puerto Península e o Parque Nacional Iguazú, as Cataratas do lado Argentino. Já no momento de sua criação por lei, em 1994, a área estava ocupada por famílias camponesas que a cultivavam para seu sustento. A partir da criação da reserva, o processo de ocupação da área se intensificou e, até hoje, segue sem solução pública<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Apesar de a maior parte das “tierras mal habidas” estar localizada em áreas rurais do Paraguai, há, também, parte delas nas áreas urbanas.

<sup>4</sup> Segundo o *Plan de Gestión del Parque Nacional Iguazú 2017-2023* (APN, 2018), em 2011, foram levantadas 405 parcelas de terras delimitadas e ocupadas com moradias. A ocupação, desde então, segue avançando.

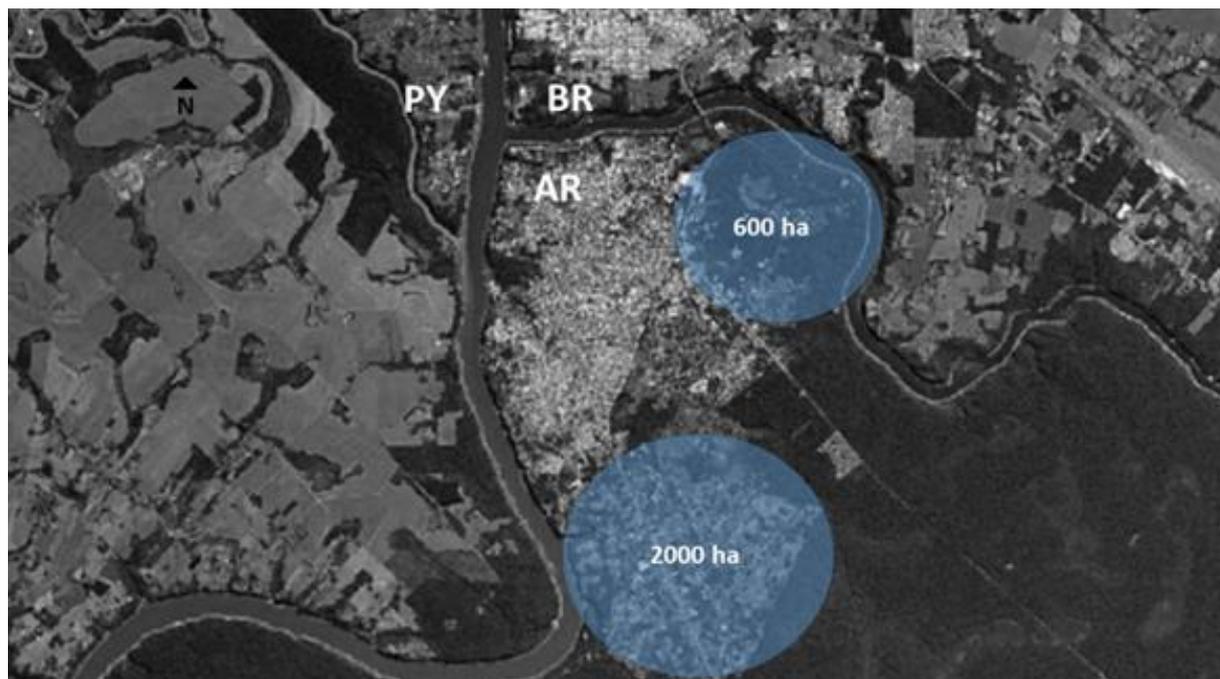


## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

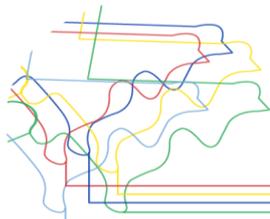
A segunda área é conhecida como Área 600 (por corresponder a 600 hectares), situada na borda leste da cidade, logo após a rodovia que liga a região à Ponte da Fraternidade.

Figura 13. Localização das áreas de 2000ha e 600ha



Fonte: Elaboração de Angileli (2022), a partir de Google Earth.

De acordo com Mendes (2001), essa porção é uma área pública da Província de Misiones, repassada pela União, em 1994, a partir de um plano de ocupação que dividia as terras em zonas de moradia, aldeias, órgãos de Estado e empresas hoteleiras. Desde então, o povo guarani segue lutando pela terra, que consideram sagrada para a sua nação. A despeito dessa reivindicação, em 2000, esse projeto começou a ser implantado. A área segue ocupada e em disputa por indígenas, posseiros urbanos em busca de moradia ou negócios imobiliários informais e empresários do ramo de hotelaria. Cabe destacar o fato de que alguns hotéis já ocupam parte do terreno nas margens da rodovia e seguem pressionando o poder público por sua expansão ao interior da gleba.



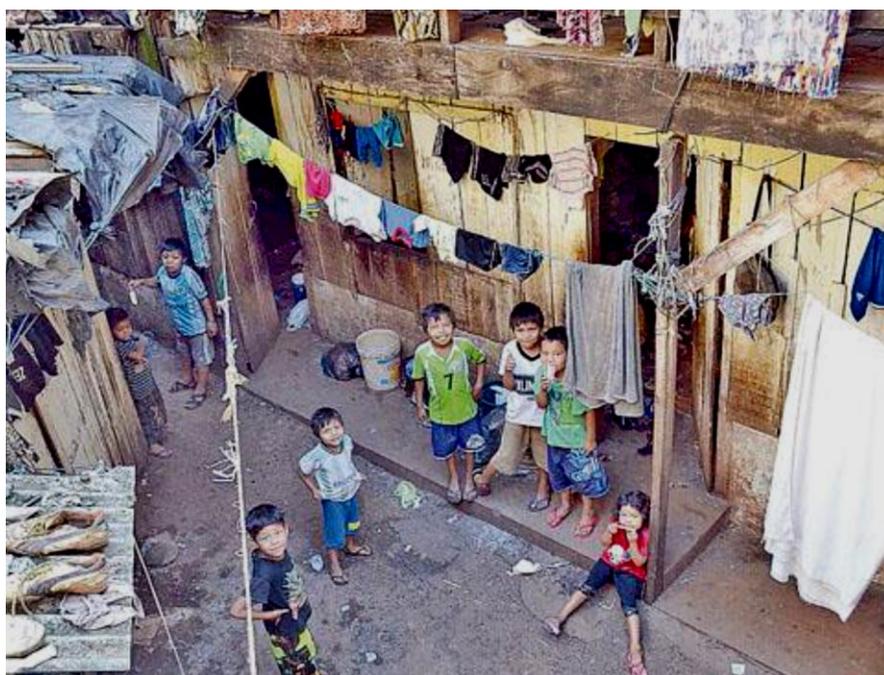
## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguazu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

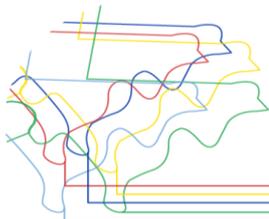
### Ocupações de edificações abandonadas, localizadas nas centralidades urbanas

Além de todas as ocupações anteriormente descritas, há, ainda, a ocupação de edificações abandonadas nas centralidades urbanas, especialmente por famílias de povos originários, indígenas que, espoliados de suas terras e condições de vida digna, migraram para a cidade. Embora esse tipo de ocupação seja menos representativa, do ponto de vista quantitativo em relação aos demais, do ponto de vista da problemática de acesso à moradia e ao território na Tríplice Fronteira e de suas territorialidades e identidades, revela-se intensamente representativa. É o caso dos Makas, moradores, hoje, de um prédio anteriormente abandonado, sem instalações essenciais e em condições insalubres, no microcentro de Ciudad del Este. De acordo com Sosa (2019), o povo Maka se encontra, em sua maioria, em Presidente Hayes, na região do Chaco, e no Departamento de Alto Paraná, ambos no Paraguai. Nesse último território, a única comunidade Maka é a que reside em Ciudad del Este, sendo considerada a maior comunidade indígena urbana do Paraguai, pela quantidade de famílias existentes. Essa comunidade mantém-se na cidade como forma de resistência, de adaptação e de luta pela sua inserção, transitando na fronteira e vendendo seu artesanato, principalmente em hotéis de Foz do Iguazu.

Figura 14. Moradias indígenas Maka, no microcentro de Ciudad del Este



Fonte: Sosa (2019).



Na cidade de Foz do Iguaçu, encontramos, de modo similar, um prédio desabitado – simbolicamente, um antigo hotel abandonado interditado pelo comprometimento e risco de sua estrutura de concreto –, ocupado por pessoas e famílias que identificamos, em visita, ali morar em situação provisória, quando da chegada na cidade ou em momento de busca de um lugar para se estabelecer definitivamente. É importante assinalar que, nesse caso, identificamos uma mescla de origens étnicas e de nacionalidades desses ocupantes e dessas ocupantes, fato recorrente na fronteira trinacional, o que implica na necessidade de uma política de acolhida para situações transitórias de moradia, direcionada a famílias vulneráveis.

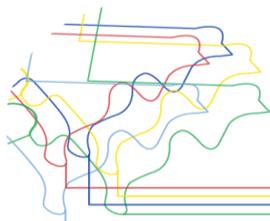
### **Violações de direitos humanos e injustiça ambiental: áreas de remoções forçadas, reassentamentos e novas ocupações**

A expansão urbana informal, associada a um território em plena valorização imobiliária, disputado por diversos setores de investimento (industrial, imobiliário, turístico e logístico), tem gerado uma série de conflitos fundiários, de processos de injustiça ambiental e de violações de direitos humanos. Citamos, como exemplo, em Foz do Iguaçu, no período de 2015 a 2021, a situação de 14<sup>5</sup> comunidades populares (favelas e ocupações) ameaçadas de despejo. Algumas dessas remoções se concretizaram a partir de políticas de reassentamento habitacional. Em outros casos, a população mantém-se em longos processos de mediação em busca de alternativas contrárias ao deslocamento forçado. Poucos foram os casos que culminaram na permanência das famílias e que caminham para a regularização fundiária e urbanística.

Nessa dinâmica de pessoas expulsas e das que tentam permanecer em seus lugares de moradia, de vida e de vínculo, vão se consolidando duas periferias na cidade de Foz do Iguaçu: uma formal e outra informal. A considerada formal localiza-se na região norte do município, nos conjuntos habitacionais verticais e horizontais. Ela corresponde às áreas de reassentamento da população removida das favelas. Já a periferia informal, situa-se nas barrancas dos Rios Paraná e Iguaçu, na região oeste e

---

<sup>5</sup> Estimativa feita pela Escola Popular de Planejamento da Cidade, projeto de extensão universitária da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, que atua contra as remoções forçadas na Região Trinacional. Foram identificadas as seguintes áreas vulneráveis às remoções pela EPPC, entre 2015 e 2021: ocupação Bubas, Bubas expansão I e II, ocupação Horta da Laide, ocupação Congonhas, Comunidade Ouro Verde, Conjunto Duque de Caxias, Favela Monsenhor Guilherme, Favela da Marinha, Comunidade Arroio Dourado, ocupação Resistência II, ocupação 277, Favela da Sadia e Comunidade Arroio Dourado.



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

na região sul da cidade. Em ambas as periferias, encontramos problemáticas, destacadas nos quadros a seguir, que precisam ser alvo de atenção do poder público.

### Quadro 3. Periferia Norte



**Periferia NORTE: a periferia planejada**

**VILA C - Década de 1970**  
Vila operária, criada a partir da “ancoragem territorial” de Itaipu na Região, para abrigar os barrageiros e suas famílias. Foi implantada isoladamente da estrutura urbana da cidade de Foz do Iguaçu e das outras vilas operárias de alto padrão construtivo – Vila A e Vila B.

**CIDADE NOVA I E II - Década 1990**  
Conjuntos habitacionais criados para abrigarem moradores removidos e moradoras removidas das favelas da barranca do Rio Paraná, área considerada estratégica para a proposição de grandes projetos urbanos, como o projeto Beira Foz.

**ALMADA e ANDRADINA - Anos 2010/2015**  
Conjuntos habitacionais criados para abrigarem famílias de várias regiões da cidade, pressionadas pela valorização fundiária do território, o que desencadeou novas remoções de moradia. Esse período se caracteriza pela implantação sobreposta de grandes projetos urbanos na cidade.

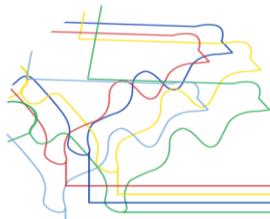
**BOICY I E II - Anos 2019/2021**  
Conjuntos habitacionais criados para abrigarem famílias de várias regiões da cidade, pressionadas pela valorização fundiária e por novas remoções de moradia, sendo esses processos decorrentes da implantação de grandes projetos de recuperação ambiental (Reinventando Foz) e projetos de infraestrutura e logística (Corredor Bioceânico).

Foto aérea: Google Earth 2021, Vila “C” Velha / Itaipu Binacional (Arquivo), Cidade Nova Daijó (Arquivo), Radio Cultura Foz, Village Construtora (2020), Levantamentos de dados e análises EPPC (2015-2020)

Fonte: Elaboração de Angileli (2021), a partir de dados da Escola Popular de Planejamento da Cidade.

Esses são alguns dos exemplos de uma dezena de conjuntos habitacionais implantados na Região Norte do município, desde a década de 1970 até 2020. Desse conjunto, destacar os seguintes pontos:

- A expansão das periferias da cidade de Foz do Iguaçu dá-se com a presença do Estado e não com sua ausência;
- O direito à moradia chega associado ao isolamento territorial das famílias, em regiões com restrição aos equipamentos públicos e serviços;
- Os reassentamentos coletivos envolvem diversas favelas e ocupações que vão ocupar os mesmos conjuntos habitacionais, ampliando conflitos entre as famílias e o número de mortes. Pulverizam-se, assim, os conflitos nas margens da cidade, o que contribui fortemente para invisibilizá-los;



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

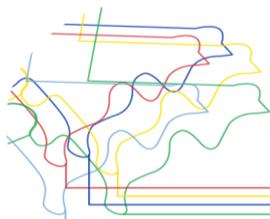
- Os conjuntos habitacionais são implantados em áreas com risco de contaminação ambiental eletromagnética, uma vez que se localizam, juntos, linhões de ultra alta tensão e subestações de energia;
- Os conjuntos habitacionais caracterizam-se como instrumento especulativo, valorizando terras sem valor de mercado. Desse modo, essa provisão habitacional também promove a ampliação da especulação imobiliária e a expansão do mercado imobiliário na cidade;
- As tipologias das moradias não consideram as práticas cotidianas das famílias e a sua cultura;
- O acesso à habitação formal vem acompanhado de novos custos para muitas famílias, sendo um dos motivos do abandono posterior das habitações;
- A presença do mercado imobiliário informal nos conjuntos habitacionais contribui para o retorno das famílias às suas comunidades de origem, iniciando novamente o ciclo que se pretende interromper.

No contexto apresentado, podemos dizer que as provisões habitacionais das últimas décadas, na Região, não atenderam aos sete pontos que definem o direito à moradia adequada. De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos (BRASIL, 2013, p.13), o direito à moradia integra o direito a um padrão de vida adequado, o que não se resume a apenas um teto e quatro paredes, mas ao direito de toda pessoa ter acesso a um lar e a uma comunidade seguros para viver em paz, com dignidade e saúdes física e mental.

Quadro 4 – Inadequação da provisão habitacional aos sete pontos que definem o direito à moradia adequada em Foz do Iguaçu



Fonte: Elaboração de Angileli (2021).



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

### Quadro 5 - Periferia Sul



**Periferia SUL: epicentro da reestruturação urbana e social da Fronteira Trinacional**

Essa região foi o primeiro centro urbano da cidade de Foz do Iguaçu. Posteriormente, com o deslocamento dessa centralidade e de suas atividades, passou a ser periferia, recebendo famílias pobres, removidas de outras regiões da cidade. Agora, já como periferia consolidada, torna-se “centro” novamente, sendo considerada uma zona estratégica para novos empreendimentos logísticos, imobiliários, turísticos e de infraestrutura.

Esse processo expõe a população pobre dessa região à pressão do mercado imobiliário formal e informal, dando início a despejos diretos e indiretos: i) diretos, vinculados a comunidades que estão nas faixas de implantação de grandes projetos ou de seus canteiros de obras; ii) indiretos, gerados pela gentrificação e, com isso, a valorização excessiva do solo.

No último ano, a valorização média dos imóveis na cidade foi de 10 a 20%, chegando a 35% (SECOVI, 2021) em áreas com grandes intervenções urbanas, como a Região Sul. Essa região, denominada de Porto Meira, possui conjuntos habitacionais, favelas consolidadas e a maior ocupação urbana do estado do Paraná (a ocupação Bubas) e está passando por diversas obras, decorrentes da implantação do Corredor Bioceânico de logística que ligará o Porto de Paranaguá, no litoral paranaense, ao Porto de Antofagasta, no Chile.

Foto aérea: elaboração de EPPC, dados de 2015-2021, a partir de Google Earth (2021)

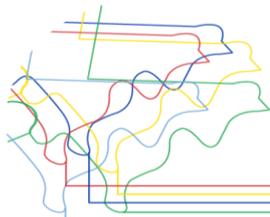


Fonte: Elaboração de Angileli (2021), a partir de dados da Escola Popular de Planejamento da Cidade.

Nessa Região, destacamos os seguintes pontos:

*Assentamentos informais como estoque de terras, a partir das remoções de moradia:* Na lógica do planejamento estratégico, os assentamentos informais são considerados estoques de terra ou mesmo reservas de valor. São áreas que demandam um valor de remoção muito baixo e que, na concepção do mercado, podem ser rapidamente transformadas em “zonas livres”, com potencial para atrair novos investimentos.

*Assentamentos informais como estoque de terras, a partir da regularização fundiária:* A regularização fundiária dos assentamentos informais torna-se, também, uma estratégia importante para os investidores. De acordo com Milano (2016, p. 114), nessas situações, “Estado, regulação jurídica e mercado imobiliário articulam-se, como engrenagens importantes de uma nova etapa acumulativa do capital nas cidades sob a batuta da financeirização. Os mecanismos mobilizados para essa expansão são variados e abrangem estratégias de despossessão que operam em diversas frentes. Uma delas refere-se à transposição de territórios que estavam na informalidade ao plano do mercado formal, por meio da



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

regularização fundiária e da emissão de títulos que permitem transformar a terra em um capital ativo”.

### Quadro 6. Conflitos territoriais na Periferia Sul



#### 2019/2021 - Explosão periférica: adensamento

Essa situação potencial de regularização fundiária da maior ocupação urbana do estado do Paraná, sem o devido cadastro e controle oficial das famílias que seriam atendidas, associada à ampliação da pobreza no período pandêmico, fez com que a Região Sul se transformasse em um novo polo de atração para famílias pobres, vindas de outras regiões da cidade e de municípios vizinhos, em busca da sonhada moradia regularizada.

Fonte: Elaboração de Angileli (2021), a partir de dados da Escola Popular de Planejamento da Cidade.

A partir da compreensão desses contextos de substituição dos espaços autoconstruídos (periferia informal) por habitações inadequadas, providas pelo poder público (periferia formal), podemos avançar na análise relativa ao movimento motor de expulsão dessas famílias – ou seja, os grandes projetos urbanos e de infraestrutura –, focalizando os enfrentamentos da população desta Região, em plena transição para um quadro de não sustentabilidade, como se pode depreender dos próximos três quadros.



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

### Quadro 7. Ocupação Bubas versus Corredor Bioceânico de Infraestrutura

#### IMPACTO LOCAL DE GRANDES PROJETOS URBANOS E DE INFRAESTRUTURA

A Ponte da Integração e seus eixos viários no Brasil e no Paraguai compõem um rol de projetos prioritários de ação para a integração da infraestrutura na América Latina, denominada *Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) - Corredor Bioceânico de Infraestrutura*, desenvolvido pelo *Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN)*. Essa integração transnacional objetiva diminuir as barreiras para o trânsito de mercadorias, de pessoas e também de capital financeiro. Os projetos têm sido implantados sem a análise adequada dos impactos a curto, médio e longo prazo, potencializando situações de injustiça social e ambiental (ANGILELI *et al*, 2021).

#### OCUPAÇÃO IMPACTADA

Ocupação popular, em área privada, iniciada em 2013, por moradores e moradoras da região do Porto Meira. Sofreu um processo de reintegração de posse em 2013, porém, a partir de um processo de assessoria técnica do projeto *Escola Popular de Planejamento da Cidade - UNILA*, movimentos sociais e a Defensoria Pública do Estado do Paraná, conseguiram o direito de permanência. Atualmente, a área está em fase de projeto e implantação de infraestrutura básica (água e energia elétrica), como também deve ser regularizada, através do projeto estadual *Moradia Legal* do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

#### EXPLOSÃO DA MANCHA URBANA

O primeiro cadastro dessa população, feito pela *Escola Popular de Planejamento da Cidade - UNILA* e sua rede de apoio, para a Defensoria Pública do Estado Paraná ocorreu em 2015. Nele, contabilizou-se cerca de 2.000 pessoas, sendo 94% de brasileiras e 79% de paranaenses. Desse conjunto de ocupantes, 23% possuía renda inferior a um salário mínimo, trabalhava na região onde morava e dependia dos equipamentos públicos e de assistência do bairro, além da rede social local. A chegada de grandes projetos de infraestrutura, como o Corredor Bioceânico, a morosidade do processo de regularização fundiária frente à agilidade do mercado imobiliário informal e a crise econômica na Região conduziram a um expressivo adensamento habitacional. Hoje, a ocupação tem duas novas áreas de expansão, aqui denominadas como Bubas II e III, na região sul da comunidade, junto à obra do Corredor Bioceânico. De acordo com as lideranças locais, atualmente há aproximadamente 6.000 pessoas que moram na comunidade, ampliando o desafio habitacional local.

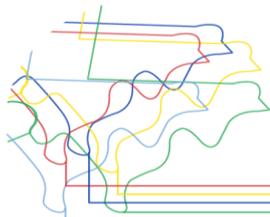


Fonte: Google Earth (2021)

#### FOTOS



Fonte: Elaboração de Angileli (2021), a partir de dados da Escola Popular de Planejamento da Cidade.



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

### Quadro 8. Comunidade Monsenhor Guilherme versus projeto Beira Foz

#### IMPACTO LOCAL DE GRANDES PROJETOS URBANOS E DE INFRAESTRUTURA

O projeto *Beira Foz* tem sido debatido na cidade de Foz do Iguaçu desde a década de 1990. Seu objetivo central é a recuperação ambiental da área e a implantação de diversos projetos públicos e privados. Sempre é anunciado como um projeto de revitalização que visa a trazer a população para perto do Rio Paraná, porém desconsiderando todas as famílias já moradoras nas favelas às margens do Rio. Esse projeto, de natureza especulativa, voltou a ser apresentado em 2016, por meio de uma consultoria internacional de arquitetura e urbanismo, a ARUP, contratada por empresários da região. Com uma área de 600 ha e 6 operações urbanas. **VER ESSA FRASE QUE ESTÁ SOLTA. PRECISA SER MELHOR ENCAIXADA NO PARÁGRAFO, OK?**

#### OCUPAÇÃO IMPACTADA

De acordo com os moradores e as moradoras, a comunidade Monsenhor Guilherme, localizada na região central de Foz do Iguaçu, tem mais de 50 anos e surgiu de uma vila de pescadores às margens do Rio Paraná. Sofreu significativo adensamento habitacional na década de 1970, com a expansão populacional da cidade de Foz do Iguaçu, a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, assim como na década de 1990, pela criação da Zona Franca de Ciudad del Este. A população sofreu remoção parcial de moradias, juntamente com outras comunidades da barranca do Rio Paraná, na década de 1990, para a implantação da Av. Beira Rio e outros projetos urbanos de revitalização da área. Após algumas décadas, a comunidade voltou a ser foco de novas ações remocionistas decorrentes de uma possível implantação de obras viárias do antigo projeto Beira Foz, bem como pela pressão imobiliária decorrente da valorização da área, a partir do anúncio de um novo projeto de Revitalização, denominado *Renova Foz*, junto ao Rio Monjolo que margeia a comunidade. Porém, a partir de um processo de assessoria técnica do projeto *Escola Popular de Planejamento da Cidade* (EPPC) – UNILA, da ação de movimentos sociais e da Defensoria Pública da União foi possível organizar alternativas ao despejo, reduzindo seus impactos. O perfil dessa população, de acordo com a EPPC, demonstra que mais de 80% da população mora próxima aos seus espaços de trabalho e depende de equipamentos públicos da região. Grande parte da renda vem de trabalhos de vendedor, diarista, pedreiro, cabeleireiro e catador de material reciclado. No processo de mediação desse conflito fundiário, parte das famílias foram atendidas por políticas públicas de habitação da Prefeitura Municipal – sendo removidas e reassentadas em apartamentos, na Região Norte do município, e em terrenos públicos, na Região Sul da cidade –, e cerca de 30 famílias aguardam pelo reassentamento em terreno público ao lado da localização atual da comunidade.

#### LOCALIZAÇÃO

Foto aérea: Google Earth (2021)  
Levantamentos de dados da EPPC (2015-2020)

#### FOTOS

2019  
Ação de educação ambiental na região  
Acervo da EPPC

Monsenhor 2019  
Casas da comunidade ao lado das margens do Rio Paraná  
Acervo da EPPC e do Paulo Silva

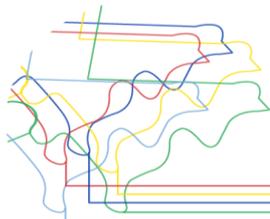
#### A PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS NA REGIÃO E A AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA ARBÓREA

2003  
Rio Paraná  
Rio Monjolo

2021  
Rio Paraná  
Rio Monjolo  
Comunidade Monsenhor Guilherme

Fonte: Google Earth acesso em 2022

Fonte: Elaboração de Angileli (2021), a partir de dados da Escola Popular de Planejamento da Cidade.



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

### Quadro 9. Ocupação Horta da Laíde e do seu Zé versus Parque Córrego Brasília

#### IMPACTO LOCAL DE GRANDES PROJETOS URBANOS E DE INFRAESTRUTURA

O projeto de revitalização do Córrego Brasília teve início em 2012, desencadeado por trabalhos ambientais, vinculados ao Projeto *Cultivando Água Boa*, promovido pela Itaipu Binacional, junto às escolas públicas locais no córrego Brasília. A maior preocupação era o acúmulo de lixo, o assoreamento do córrego, além dos esgotos clandestinos despejados no local. Porém, a proposta de recuperação ambiental não incluiu a permanência da população moradora, sendo organizada por diversos agentes locais uma proposta de revitalização da área, em 2014, a partir da remoção dessas famílias. A primeira fase do projeto ocorreu por meio de um convênio entre a Itaipu e a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, ficando a primeira responsável pela colocação de cercas e construção de calçadas ao redor da área, evitando novas ocupações, e a última pela remoção e pelo reassentamento dos moradores e das moradoras, assim como pela organização da drenagem da área. Dezenas de famílias foram removidas, restando somente as ocupações rurais.

#### OCUPAÇÃO IMPACTADA

A Horta da Laíde e do seu Zé é uma ocupação rural com mais de 30 anos, localizada em área pública, no perímetro de intervenção do Projeto de *Revitalização do Córrego Brasília*. Essa comunidade é remanescente quilombola e fica ao lado de outras três ocupações rurais que não foram removidas na primeira fase do projeto (2013-2015). Porém, em uma segunda etapa de despejos, no ano de 2018, foi solicitada a sua remoção. As famílias que ali vivem, além de morarem nesta área, produzem alimentos e promovem a recuperação ambiental e hídrica da região, o que significa que além de o despejo da moradia constituir um processo de violação de direitos humanos, há ainda a retirada do trabalho dessas famílias e a ruptura de seu vínculo cultural e histórico com a terra. A partir de um processo de assessoria técnica do projeto *Escola Popular de Planejamento da Cidade – UNILA*, movimentos sociais, escritórios de arquitetura (HOJE Arquitetura) e a Defensoria Pública do Estado Paraná, as famílias buscaram o direito de permanência nesse local. Foi apresentado um plano alternativo, por essa rede de apoio, à remoção, a partir da criação de um Parque Agroecológico no qual as famílias poderiam viver no local e manter a cultura atual de produção de alimentos orgânicos e de recuperação ambiental. Esse projeto teve parecer social favorável pelo Foz Habita (PMFI) e parecer ambiental favorável pela Secretaria do Meio Ambiente (PMFI). Aguarda-se a sua efetivação pelo poder público local.

#### LOCALIZAÇÃO



Foto aérea: Google Earth (2021)  
Levantamentos de dados da EPPC (2015-2020)

#### CONTRIBUIÇÕES DAS FAMÍLIAS PARA A RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA



Ocupação Horta da Laíde e do seu Zé, 30 anos de plantio de árvores, produção orgânica de alimentos e proteção do Córrego Brasília

Fonte: Google Earth (2022)

#### FOTOS



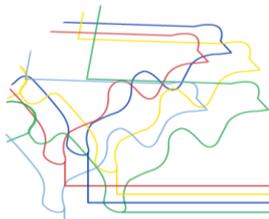
Acervo da Escola Popular de Planejamento da Cidade



**DONA LAÍDE**  
Protetora ambiental do Córrego Brasília

Acervo da Escola Popular de Planejamento da Cidade

Fonte: Elaboração de Angileli (2021), a partir de dados da Escola Popular de Planejamento da Cidade e de Amarilla et al (2015).



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

Com os exemplos dos desafios e conflitos enfrentados pelos moradores e pelas moradoras de favelas e de ocupações na porção brasileira da aglomeração urbana trinacional, expostos nos quadros 5 a 7, dentre tantos outros possíveis, frisamos a resistência e a insistência dessas comunidades em fazer parte de uma cidade que não as inclui, além das consequências sociais e ambientais que podem vir a ocorrer em face da implantação dos grandes projetos urbanos e de infraestrutura na Região.

### As novas ocupações da pandemia: desafios territoriais que ainda não conseguimos dimensionar

Dados do início do período pandêmico, segundo a ONU (2020), indicavam que 1 bilhão de pessoas viviam em assentamentos precários no mundo. Hoje, ainda não temos números precisos sobre essa expansão. O que sabemos é que esses espaços foram ampliados significativamente, quer seja em novos pontos de ocupação ou pela extensão territorial das ocupações ou, ainda, pelo adensamento populacional nessas áreas.

As crises sanitária e econômica resultantes da pandemia desenharam novos bolsões de pobreza e visivelmente aprofundaram violências e vulnerabilidades, como a insegurança alimentar e a falta de saneamento básico. O racismo ambiental, presente em toda estrutura urbana latino-americana, também se apresenta nas áreas urbanas da Região Trinacional, uma vez que a maior carga dos danos sociais e ambientais recai sobre as pessoas pobres, pretas e os povos indígenas. Assim, em meio a tantos espaços precários, identificados nas cartografias ora apresentadas, e aos contextos político-econômicos que os desencadearam, ainda resta necessário um estudo sistematizado para evidenciar o que podemos observar na vivência desses espaços: o passivo do passado-presente escravista e da formação colonial desses territórios que, baseados na concentração de terras, define, até os dias de hoje, quem tem direito à cidade e à moradia ou mesmo à morte e à vida nas cidades.

No período pandêmico, esses processos históricos foram mais evidenciados. Se avaliarmos que as principais orientações de combate à Covid-19 incluíram predominantemente as palavras de ordem “Fique em casa”, “Lave as mãos” e “Faça o distanciamento social”, não há como escapar do fato de que quem pode fazer a quarentena foram as pessoas que tiveram acesso formal à terra e às melhores condições sanitárias, o que significa não serem moradores e moradoras de favelas, ocupações ou pessoas em situação de rua. Nessa linha, resta a pergunta de como enfrentar um desafio sanitário dessa monta (não somente de Covid-19, mas de outras



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

que passam a ser previstas em um futuro não tão distante), com milhares de famílias em situação de coabitação (mais de uma família por casa), falta de saneamento, problemas de ventilação, pouca mobilidade, moradias em áreas de risco, entre outros indicadores de precariedade, além de situações de despejo de famílias que passam a não ter opção a não ser ocupar a terra para tentar sobreviver<sup>6</sup>, como se depreende das imagens, a seguir, que ilustram alguns desses processos violentos.

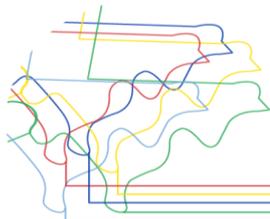
Figura 15. Registros fotográficos de remoções forçadas durante a pandemia de Covid-19



Fonte: Campanha Nacional Despejo Zero (2022)

Em Foz do Iguaçu, foram identificadas algumas novas ocupações de terra desencadeadas na pandemia. Em um desses assentamentos, denominado como Vila Resistência II, as imagens seguintes, que reproduzem o início da ocupação, falam por si só.

<sup>6</sup> De acordo com dados da Campanha Nacional Despejo Zero (2022), organizada por movimentos e organizações sociais do Brasil, de março de 2020 até outubro de 2021, mais de 123.153 famílias foram ameaçadas de despejo no país e, no mesmo período, 21.650 foram despejadas.



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

Figura 16. Fotos de novos assentamentos emergentes na pandemia de Covid-19



Fonte: Escola Popular de Planejamento da Cidade (2021), resultante de estudo de campo realizado por pesquisadores voluntários e pesquisadoras voluntárias.

Na Vila Resistência II, no primeiro mês, foram cadastradas, pela Escola Popular de Planejamento da Cidade (EPPC), 108 famílias<sup>7</sup>. Nesse grupo, havia cerca de 40% de crianças e adolescentes. A renda média mensal dessas famílias era de R\$ 900,00, mas é preciso destacar que 30% das famílias tinham recursos inferiores a R\$ 500,00. Com moradias de um cômodo, em chão de terra batida, paredes feitas de madeira e teto de lona, a maioria das famílias declarou ter ocupado a terra devido à dificuldade econômica de se manterem em casas alugadas em regiões formais e informais da cidade. Outras tantas afirmaram terem sido despejadas.

Esse cenário, ao que tudo indica, deve ser comum às demais cidades da região fronteiriça trinacional, algo a ser verificado em outros trabalhos de campo e já nos alerta para o quanto é desafiador iniciar uma ocupação em um período de emergência sanitária. Ressalta-se, no entanto, que o cotidiano dos assentamentos implantados antes da pandemia, devido às diversas ausências de infraestrutura, já era desafiador, como se verifica nas comunidades em Ciudad del Este. Nela, encontra-se o maior número de assentamentos precários nos quais somente 6% da população – composta por cerca de 15.400 famílias – possuem acesso à rede pública de água, 51% contam com esgoto em fossa, sem câmara séptica, além de observar-se um significativo volume lançado em valas a céu aberto e em rios (TECHO, 2021; ORTELLADO, 2021).

<sup>7</sup> Dados de estudo de campo do projeto Escola Popular de Planejamento da Cidade - UNILA, ainda não publicados.



## Considerações finais

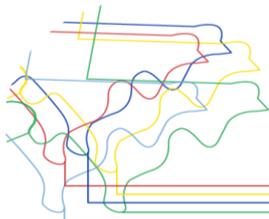
Neste trabalho, apresentamos um conjunto de informações sobre favelas e ocupações, entre outros arranjos de vivência de comunidades populares, presentes na Região Trinacional.

Ao final de nosso estudo – bibliográfico, cartográfico e de campo –, evidenciamos que as cidades, pensadas a partir de uma lógica mercadológica, pautada em diversas escalas de planejamento e de investimento, têm reforçado a segregação territorial e os conflitos fundiários.

Os assentamentos precários que emergem nesse contexto revelam uma dupla face: i) delimitam zonas invisibilizadas, do ponto de vista social, em planos territoriais; ii) acabam por constituírem-se como estoques de terras e reservas de valor para investidores, motivos pelos quais novas remoções forçadas de moradia são levadas a cabo para dar lugar a novos empreendimentos.

Ao apresentarmos dados sistematizados e mapeamentos integrados inéditos, associados a diversos estudos de campo, esperamos aproximar o leitor e a leitora do cotidiano desafiador desses espaços periféricos do interior fronteiriço. Dessa maneira, este trabalho, além de cumprir seu propósito de divulgar o conhecimento construído pela Academia, marca, também, um posicionamento político sobre o tratamento conferido aos assentamentos precários na Região Trinacional do Iguaçu, tendo em vista o recorte espacial delimitado.

Estamos cientes da necessidade de muitas outras pesquisas e mapeamentos sobre o tema, especialmente no que diz respeito ao perfil e às demandas de comunidades moradoras de novos espaços ocupados durante a pandemia de Covid-19, mas as informações ora apresentadas somam-se às contribuições de outros pesquisadores e outras pesquisadoras que visam a dar relevo aos contextos territoriais particulares e complexos, como a fronteira trinacional Argentina-Brasil-Paraguai, que não podem ser pensados a partir de um olhar distanciado e ancorado em uma perspectiva urbana metropolitana.



## Referências

- ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 8-19, 2007. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1784>. Acesso em: 25 maio 2022.
- ADMINISTRACIÓN DE PARQUES NACIONALES - APN. 2018. **Plan de Gestión del Parque Nacional Iguazú**: Período 2017 - 2023. Anexo I a Res. APN HD nº 76/2018. Disponível em: [https://sib.gob.ar/archivos/ANEXO\\_I\\_PGiguazu.pdf](https://sib.gob.ar/archivos/ANEXO_I_PGiguazu.pdf). Acesso em: 27 nov. 2021.
- AMARILLA, G. A. V.; WICINOVSKI, J. P.; JESUS, J. E. de; STORMOSKI, V. P. **Planejamento urbano participativo**: revitalização do córrego Brasília. Foz do Iguaçu: curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 2015.
- ANGILELI, C. M. de M. M. **Relatório de Ação de Extensão Escola Popular de Planejamento da Cidade**. Foz do Iguaçu: UNILA/PROEX, 2020.
- ANGILELI, C. M. de M. M.; ASSUMPÇÃO, S. B.; ALVARADO, A. S.; OLIVEIRA, L. H. R. P. A.; ORTELLADO, N. F. M. A cidade-mercadoria interiorana fronteiriça. **Projectare**, Pelotas, v. 1, p. 10-30, 2021.
- ANGILELI, C. M. de M. M. A.; ASSUMPÇÃO, S. B.; OLIVEIRA, T.; ÁLVAREZ, J. B. B.; BARDELAS, A. B.; GRAF, Hel; AVILES, M. U. **Planejamento territorial sustentável para a Região Trinacional**. Foz do Iguaçu: CLAEC, 2022.
- ANGILELI, C. M. de M. M.; OLIVEIRA, T. A Região Trinacional e os desafios de um território em “transição” para a sustentabilidade. In: ENCUESTRO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS TRANSFRONTERIZOS: Integración Regional para el Desarrollo Sostenible y Ordenamiento Territorial, 6., 2021, Misiones. **Anais...** Misiones: UNAM, 2021. No prelo.
- ARGENTINA. Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sustentable. **Plan de Gestión del Parque Nacional Iguazú 2017-2023**. Administración de Parques Nacionales, 2017. Disponível em: [https://sib.gob.ar/archivos/ANEXO\\_I\\_PGiguazu.pdf](https://sib.gob.ar/archivos/ANEXO_I_PGiguazu.pdf). Acesso em: 25 maio 2022.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Por uma cultura de Direitos Humanos**: direito à moradia adequada. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. Disponível em: [https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/DH\\_moradia\\_final\\_internet.pdf](https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/DH_moradia_final_internet.pdf). Acesso em: 05 jun. 2022.
- CAMPANHA NACIONAL DESPEJO ZERO. **Em Defesa da Vida no Campo e na Cidade**. Disponível em: <https://www.campanhadespejozero.org/>. Acesso em: 01 jun. 2022.
- COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA, PARAGUAY (CVJ). **Informe Final Anive haguã oiko Anive haguã oiko**. Tomo IV – Tierras Mal Habidas. Primeira edição, 2008, Assuncion - Py. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/verdade/mundo/paraguai/index.htm>. Acesso em: 17 jun. 2022.



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR. **Plano estadual de habitação de interesse social do Paraná** – PEHIS-PR – versão 2015-2016. Curitiba: Cohapar, 2016. Disponível em: [https://www.cohapar.pr.gov.br/sites/cohapar/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-11/pehis\\_2015\\_2016\\_completo.pdf](https://www.cohapar.pr.gov.br/sites/cohapar/arquivos_restritos/files/documento/2019-11/pehis_2015_2016_completo.pdf). Acesso em: 20 abr. 2022.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ – COHAPAR. **Assentamentos precários** – SISPEHIS (online). 2019. Disponível em: <https://paranainterativo.pr.gov.br/portal/apps/opsdashboard/index.html#/77cf045b411747cd92b9f9c40d809d56>. Acesso em: out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 09 maio 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INDEC). **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010**. Disponível em: <https://www.indec.gov.ar/indec/web/Nivel4-Tema-2-41-135>. Acesso em: 09 maio 2022.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. **PARNA Iguaçu**. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnaiguacu/>. Acesso em: 03 jun. 2022.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Paraná em números**. Apresentação. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Parana-em-Numeros>. Acesso em: 25 maio 2022.

MASCARENHAS, Milena Costa. A Ponte da Amizade selando as relações Brasil-Paraguai. **RELACult** – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 03, dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/632/342>. Acesso em: 25 maio 2022.

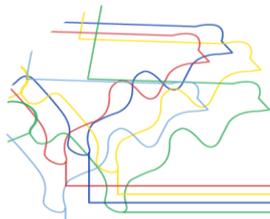
MASCARENHAS, M. C. **Memórias da Ponte Internacional da Amizade**: representações de um espaço binacional. 2021. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2021. Disponível em [https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5339/5/Milena\\_Costa\\_Mascarenhas\\_2021.pdf](https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5339/5/Milena_Costa_Mascarenhas_2021.pdf). Acesso em: 15 abr. 2022.

MENDES, L. Entre invisibilidades e esquivas: estratégias mbyá-guarani nas relações com turistas na fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. 2021. In: 45º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS – GT ETNOGRAFIAS DO CAPITALISMO: PESSOAS NO(S) MUNDO(S). **Anais...** ANPOCS: [S. l.], 2021.

MOASSAB, A.; VETTORAZZI, E. (Orgs.). **Morar na barranca**: habitação, desenvolvimento territorial e tecnologia social na Região Trinacional. Foz do Iguaçu: EdUNILA, 2019. Disponível em: [https://portal.unila.edu.br/editora/livros/e-books/Morar\\_na\\_barranca.pdf](https://portal.unila.edu.br/editora/livros/e-books/Morar_na_barranca.pdf). Acesso em: 31 abr. 2022.

MILANO, G. B. **Conflitos fundiários urbanos e Poder Judiciário**: decisões jurisdicionais na produção da segregação socioespacial. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Habitat: favelas e comunidades são próximas à frente de batalha contra coronavírus. **ONU News**, 10 de maio de 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/05/1713052>. Acesso em: 12 abr. 2022.



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

ORTELLADO, N. F. M. **Panorama sobre los asentamientos precarios de Ciudad del Este:** situación de las viviendas en la ciudad invisible. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

PARTIDO COMUNISTA DEL PARAGUAY. **Finca 66:** Ley 35/90: Belen, km 4, Ciudad del Este, Paraguay.

Foto colorida, publicada em 11 de maio de 2015. Disponível em:

<https://web.facebook.com/photo?fbid=1622836187930843&set=pcb.1622837041264091>. Acesso em: 01 jun. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **História.** Disponível em:

<https://transparencia.pmfi.pr.gov.br/cidade/historia/>. Acesso em: 24 abr. 2022.

ROLÓN, M. E. **Puerto Iguazú, Ciudad de Maravillas** – Iguazú 1626. Puerto Iguazú: publicado por Maria Esther Rolón, 2017. Disponível em: <https://historiadeiguazu.org/wp-content/uploads/2020/04/PUERTO-IGUAZU-CIUDAD-DE-MARAVILLAS-Parte1.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SCHLOGEL, D. A. Considerações acerca do recorte espacial denominado Tríplice Fronteira ou Fronteira Trinacional do Iguaçu. **Revista Faz Ciência**, v. 19, n. 29, p. 123-137, 2018. DOI: 10.48075/rfc.v19i29.17068. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/17068>. Acesso em: 12 maio 2022.

SOLER, A. da; PEREIRA, G. de F. Planejamento urbano em aglomerações transfronteiriças: análise dos sistemas de planejamento da aglomeração de Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR). **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 20, n. 39, p. 237-260, 2021. DOI:

<https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2021.174105>. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/174105>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SOSA, N. C. P. **Rehabilitación de centros urbanos y derecho a la ciudad:** habitación social para Comunidad Maka en el microcentro de Ciudad del Este. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/6279>. Acesso em: 12 maio 2022.

SOUZA, A. D. de. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu:** um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008). 218f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

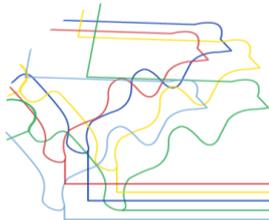
TECHO ARGENTINA. **Relevamiento de Asentamientos Precarios (RAP).** 2016. Disponível em:

<http://relevamiento.techo.org.ar/>. Acesso em: 02 mar. 2022.

TECHO PARAGUAY. **Relevamiento de Asentamientos Precarios (RAP)** – Alto Paraná. 2020. Disponível em: <https://www.mapadeasentamientos.org.py/>. Acesso em: 12 out. 2021.

TECHO PARAGUAY. **Relevamiento de Asentamientos Precarios (RAP)** – Ciudad del Este. 2021.

Disponível em: <https://www.mapadeasentamientos.org.py/>. Acesso em: 12 out. 2021.



## Favelas da Fronteira Trinacional do Iguaçu

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli, Patrícia Zandonade, Solange Bonomo Assumpção, Lucas Gaspar, Noelia Fernanda Mallorquin Ortellado, Jéssica Bélen Benítez Álvarez

---

---

---

VAINER, C. B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 9-23, maio 2007. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2007v9n1p9>. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/167/151>. Acesso em: 28 abr. 2022.

YNSFRAN. E. **Um giro geopolítico**: el milagro de una ciudad. Assunción: Ediciones y Arte, 1990.